

## ATO Nº 036/2017

Dispõe sobre as atribuições das Promotorias de Justiça da Capital.

## O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

**TOCANTINS**, nos termos do art. 17 c/c o art. 44, inciso III, ambos da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO que o Colégio de Procuradores de Justiça, em sua 110ª Sessão Ordinária, realizada no dia 03/04/2017, acolheu, na íntegra, por maioria, o parecer da Comissão de Assuntos Institucionais, exarado nos Autos CPJ n° 23/2016, no tocante à alteração das atribuições das Promotorias de Justiça da Capital;

## RESOLVE:

Art. 1° FIXAR as atribuições das Promotorias de Justiça da Capital, na forma a seguir:

ÓRGÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO/ATRIBUIÇÕES
1ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Criminal.
	Atribuições: Perante a 3ª Vara Criminal.
2ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Criminal.
	Atribuições: Crimes dolosos contra a vida.
3ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Criminal.
	Atribuições: Perante a 2ª Vara Criminal.
	Área de atuação: Criminal.
4ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Execução Penal e Inspeção nas Unidades Prisionais.
5ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Criminal.
	Atribuições: Perante a 1ª Vara Criminal (exceto nos crimes dolosos contra a vida).
6ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Geral.
	Atribuições: Substituição nas Promotorias de Justiça da Capital, por ato específico de designação do Procurador-Geral de Justiça, nas hipóteses legais de afastamento ou licenciamento do titular por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como para coadjuvar outros Promotores de Justiça da Capital de acordo com a necessidade de serviço.



	Area de atuação: Geral.
7ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante os Juizados Especiais Cível e Criminal da Região Central e da Região Norte; perante a 1ª e 5ª Varas Cíveis, inclusive como fiscal da ordem jurídica nos feitos que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; perante as políticas públicas na proteção cível (com exceção dos direitos à saúde) de minorias, salvo mulheres, idosos e pessoas com deficiência.
	Área de atuação: Cível.
8ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante a 2ª Vara de Feitos da Fazenda e Registros Públicos e a 3ª Vara Cível, inclusive como fiscal da ordem jurídica nos feitos que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
	Área de atuação: Cidadania.
9ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, inclusive nos crimes decorrentes da investigação; Proteção dos Direitos Fundamentais; e Políticas Públicas no residual da Educação.
	Área de atuação: Cível.
10ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante a 3ª Vara de Feitos da Fazenda e Registros Públicos e a 4ª Vara Cível, inclusive como fiscal da ordem jurídica nos feitos que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
	Área de atuação: Cível.
11ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante a 4ª Vara de Feitos da Fazenda e Registros Públicos e a 2ª Vara Cível, inclusive como fiscal da ordem jurídica nos feitos que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
	Área de atuação: Geral.
12ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Substituição nas Promotorias de Justiça da Capital, por ato específico de designação do Procurador-Geral de Justiça, nas hipóteses legais de afastamento ou licenciamento do titular por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como para coadjuvar outros Promotores de Justiça da Capital de acordo com a necessidade de serviço.
	Área de atuação: Geral.
13ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Prevenção e Repressão ao Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/06).



	Área de atuação: Geral.
14ª Promotoria de Justiça	<b>Atribuições</b> : Perante o Juizado Especial Cível e Criminal da Região Sul e a 1ª Vara de Feitos da Fazenda e Registros Públicos, inclusive como fiscal da ordem jurídica nos feitos que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
	Área de atuação: Geral.
15ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante o Juizado Especial Cível e Criminal de Taquaralto; Cartas Precatórias de Natureza Criminal; e Investigações Oficiosas de Paternidade (até a propositura da ação).
16ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Cível.
	Atribuições: Perante a 1ª Vara de Família e Sucessões.
17ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Cível.
	Atribuições: Perante a 2ª Vara de Família e Sucessões.
108 Dramatorio de Justico	Área de atuação: Cível.
18ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante a 3ª Vara de Família e Sucessões.
19ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Geral.  Atribuições: Perante a Vara de Precatórias, Falência e Concordatas, inclusive nos crimes falimentares; Tutela dos interesses individuais indisponíveis e individuais homogêneos na área da Saúde, das crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência e dos hipossuficientes, e atendimento ao público respectivo nos casos de urgência e emergência.
	Área de atuação: Infância e Juventude.
20ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante o Juizado Especial da Infância e Juventude (Ato Infracional); Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos relativos a Ato Infracional; e Inspeção nas Unidades de Cumprimento de Medidas Socioeducativas.
	Área de atuação: Infância, Juventude e Educação.
21ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Perante o Juizado Especial da Infância e Juventude (cível em geral), inclusive como fiscal da ordem jurídica nos feitos que envolvam Saúde Pública; Proteção integral, interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos nas áreas da Infância, Juventude e Educação; Inspeção nas Unidades de Abrigamento e Acolhimento de Crianças e Adolescentes e estabelecimentos congêneres.



	Área de atuação: Cidadania.
22ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, inclusive nos crimes decorrentes da investigação; Proteção dos Direitos Fundamentais; e Políticas Públicas no residual da Educação.
k!	Área de atuação: Geral.
23ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na área do Consumidor; Defesa da Ordem Econômica e Tributária; Defesa da Ordem Urbanística e da Habitação; Conflitos coletivos por posse de área urbana; e Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural.
	Área de atuação: Geral.
24ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na área do Meio Ambiente.
	Área de atuação: Geral.
25ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Substituição nas Promotorias de Justiça da Capital, por ato específico de designação do Procurador-Geral de Justiça, nas hipóteses legais de afastamento ou licenciamento do titular por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como para coadjuvar outros Promotores de Justiça da Capital de acordo com a necessidade de serviço.
26ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Geral. Atribuições: Perante a Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e nos procedimentos cíveis e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos relativos à Lei nº 11.340/06.
	Área de atuação: Saúde Pública.
27ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Promoção da tutela dos interesses difusos e coletivos na área da Saúde para a proteção, a recuperação e a redução do risco de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços públicos da Saúde, realizando atendimento ao público respectivo; acompanhamento permanente dos instrumentos de gestão e controle do Sistema Único de Saúde – SUS e execução das Políticas Públicas de Vigilância e Atenção à Saúde, com repercussão em todo o Estado.
	Área de atuação: Cidadania.
28ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, inclusive nos crimes decorrentes da investigação; Proteção dos Direitos Fundamentais; e Políticas Públicas no residual da Educação.



29ª Promotoria de Justiça	Área de atuação: Geral.  Atribuições: Perante o Conselho da Justiça Militar; Controle Externo da Atividade Policial; e Atuação nas
	Audiências de Custódia em Geral.  Área de atuação: Cível.
30ª Promotoria de Justiça	Atribuições: Fundações; Acidentes de Trabalho; Terceiro Setor; Perante a Diretoria do Foro; Proteção cível de idosos e pessoas com deficiência (com exceção dos direitos à saúde e relações de consumo); e Litígios coletivos agrários em âmbito estadual, sem prejuízo da atuação afeta às Promotorias de Justiça do interior, com atribuição originária perante as varas judiciárias competentes.

Art. 2° ESTE ATO entra em vigor na data de sua publicação, revogandose os Atos nº 085/2014, 046/2016 e 086/2016 e demais disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

TOCANTINS, em Palmas, 6 de abril de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JUNIOR Subprocurador-Geral de Justiça